



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUÍS HENRIQUE BARBOSA DE ARAÚJO

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A
EXPERIÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS DO MST NO ESTADO DO CEARÁ

FORTALEZA

2022

LUÍS HENRIQUE BARBOSA DE ARAÚJO

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A
EXPERIÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS DO MST NO ESTADO DO CEARÁ

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A69e Araújo, Luís Henrique Barbosa de Araújo.
Economia Solidária e desenvolvimento sustentável : a experiência das agroindústrias do MST no Estado do Ceará / Luís Henrique Barbosa de Araújo Araújo. – 2021.
42 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira.

1. Economia Solidária. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Economia Agrícola. I. Título.

CDD 330

LUÍS HENRIQUE BARBOSA DE ARAÚJO

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A
EXPERIÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS DO MST NO ESTADO DO CEARÁ

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e
Contabilidade da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Ireleno Porto Benevides
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ma. Talita Jéssica do Nascimento Araújo
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

À minha mãe, que me ensinou a ler e escrever e sempre me estimulou ao estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e toda a sua graça.

À minha mãe Elizabeth e ao meu pai Luiz Wilson, por todo carinho e amor que recebi desde pequeno.

À minha tia Eveline, por sempre me guiar nos meus caminhos como jovem estudante de economia, sendo uma pessoa fundamental na minha vida profissional.

Ao meu falecido avô Raimundo Avelino, que me influenciou a cursar economia.

Ao meu orientador, professor e amigo André Ferreira pelo auxílio para produção desse trabalho e a minha introdução na extensão e pesquisa.

Aos professores do curso de Ciências Econômicas da FEAAC/UFC, em especial, aqueles que além de professores são amigos, como Ireleno, André, Gil Célio e Américo.

À Talita que aceitou fazer parte dessa banca.

A todos que integraram o PROGEPA e o GESOL.

Ao Ramiro, primeiro amigo que fiz no curso, companheiro de faculdade, do PROGEPA e do estágio no Sebrae.

Ao Cavalieri, um grande companheiro que tive durante o curso, passamos juntos pela expectativa da prova da Anpec.

Ao Bruno, companheiro do PROGEPA com quem aprendi lições valiosas.

À Thaís, pelas produtivas conversas sobre cooperativismo e economia alternativa que me ajudara a fazer esse trabalho, além da valiosa amizade.

Finalmente, a todos os companheiros do Coletivo Soma, que compartilha pela organização coletiva em prol das demandas estudantis no curso de economia, pelo respeito à diversidade de pensamentos e o debate saudável na nossa ciência.

“Aos professores do curso de “Eu não acredito em caridade, eu acredito em solidariedade. Caridade é tão vertical: vai de cima pra baixo. Solidariedade é horizontal: respeita a outra pessoa e aprende com o outro. A maioria de nós tem muito o que aprender com as outras pessoas.”

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar e caracterizar a relação existente entre economia solidária e desenvolvimento sustentável no meio rural considerando a atuação das agroindústrias e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no interior do estado do Ceará. Para isso apresenta-se a evolução histórica do conceito de desenvolvimento sustentável com enfoque nas mudanças de paradigmas do pensamento econômico. Posteriormente, apresenta-se a conceituação e breve histórico da Economia Solidária contemporânea sob a perspectiva da literatura econômica. Estabelecida a correlação entre economia solidária e desenvolvimento sustentável, analisou-se, através de dados primários obtidos por meio de entrevista, a forma como a economia solidária influencia o funcionamento das agroindústrias e assentamentos, como isso gera desenvolvimento sustentável e quais os impactos socioeconômicos.

Palavras-chave: Economia Solidária. Desenvolvimento Sustentável. Economia Agrícola.

ABSTRACT

The present work aims to identify and characterize the relationship between solidarity economy and sustainable development in rural areas, considering the performance of agro-industries and settlements of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the countryside of the state of Ceará, Brazil. For this, the historical evolution of the concept of sustainable development is analyzed with a focus on paradigm shifts in economic thinking. Subsequently, the conceptualization and brief history of contemporary Solidarity Economy will be presented from the perspective of economic literature. Once the correlation between solidary economy and sustainable development is established, a descriptive analysis of primary data obtained through interviews, shows how the solidarity economy influences the functioning of agribusiness and settlements, how it generates sustainable development and what are the socioeconomic impacts.

Keywords: Solidarity Economy. Sustainable development. Agricultural Economy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Níveis de intervenção humana na natureza macrotendências (1970-2000).....	16
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COLPAC	Cooperativa Regional de Produção Agroindustrial Luís Carlos LTDA
COOPERASC	Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão Central
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EES	Empreendimento Econômico Solidário
GESOL	Grupo de Extensão em Economia Solidária
GTs	Grupos de Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Plano de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa de Alimentação Escolar
PROGEPA	Programa de Extensão e Pesquisa em Economia e Meio-Ambiente
UFC	Universidade Federal do Ceará
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA	13
3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	14
3.1	<i>Conceito e Histórico de Crescimento e Desenvolvimento</i>	14
3.2	<i>Conceito e Histórico de Desenvolvimento Sustentável</i>	15
4	ECONOMIA SOLIDÁRIA	19
4.1	<i>Fundamentos da Economia Solidária</i>	19
4.2	<i>Histórico da Economia Solidária</i>	21
5	AGROINDÚSTRIAS	25
5.1	<i>Breve histórico do surgimento do MST no Estado do Ceará</i>	25
5.2	<i>As Agroindústrias do MST no Estado do Ceará</i>	25
5.3	<i>A agroindústria de beneficiamento de laticínios de Quixaramobim</i>	26
5.4	<i>A agroindústria de beneficiamento de castanha de caju em Chorozinho</i>	27
6	AGROINDÚSTRIAS, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	29
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	33
	ANEXOS	37

1. INTRODUÇÃO

A realização desse trabalho sobre a relação entre economia solidária e desenvolvimento sustentável se justifica primeiramente pelo fato de ser eminente a necessidade no âmbito acadêmico brasileiro, sobretudo nas áreas da economia e das ciências sociais, em geral, buscar entender novas formas de economias alternativas ao modelo econômico atual, haja vista o atual contexto em que grande parte da população tanto brasileira quanto mundial passa por problemas de natureza socioeconômica como desemprego, desigualdade de renda e baixo acesso a direitos básicos como saúde, educação, segurança alimentar, moradia, lazer e cultura.

Nesse contexto, também passa a ser relevante entender o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, dada a conjuntura mundial da proximidade de um colapso ambiental, haja vista problemas como desmatamentos, mudanças climáticas, poluição do ar, poluição da água, degradação do solo, geração de resíduos e extinção de espécies.

Tal fato tem como resposta dos setores mais marginalizados da população uma maior organização de movimentos que questionam o modelo de desenvolvimento e de economia baseados na hierarquização e na exclusão social, sintonizando esse questionamento com organizações fundamentadas na autogestão, cooperação e solidariedade como parâmetros gerais de produção e inserção social.

Assim, em meados dos anos 1980 surge o termo “economia solidária”, resumido por Singer (2002) como um método de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

O presente trabalho tem como objetivo identificar e caracterizar a relação existente entre a economia solidária e desenvolvimento sustentável no meio rural, considerando a atuação das agroindústrias e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no interior do Estado do Ceará. Para isso, será apresentada a evolução histórica do conceito de desenvolvimento sustentável com enfoque nas mudanças de paradigmas do pensamento econômico. Posteriormente será apresentada a conceituação e breve histórico da Economia Solidária contemporânea sob a perspectiva da literatura econômica. Estabelecida a correlação entre economia solidária e desenvolvimento sustentável, será analisada, através de dados primários obtidos por meio de entrevista, a forma como a economia solidária influencia o funcionamento das

agroindústrias e assentamentos, como isso gera desenvolvimento sustentável e quais os impactos socioeconômicos.

Portanto, o presente trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo primeiro essa introdução, analisando de forma breve o contexto atual do desenvolvimento sustentável e da economia solidária, e posteriormente apresentando a metodologia do trabalho. No segundo, temos como tema Desenvolvimento Sustentável, descrevendo a trajetória da elaboração desse conceito, passando pela crítica dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O terceiro capítulo trata do assunto da economia solidária, suas origens, seus fundamentos e a atual conjuntura no Brasil. No quarto capítulo falaremos sobre as agroindústrias do MST no Ceará, um breve histórico do movimento, os territórios em que as agroindústrias estão presentes e como elas se relacionam com os conceitos de desenvolvimento sustentável e economia solidária. Por último, no quinto capítulo serão feitas considerações finais.

2. METODOLOGIA

Considerando o caráter da pesquisa científica, classificar-se-á como exploratória com a utilização de métodos de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo. Método de pesquisa bibliográfica dada a importância das conceituações dos termos economia solidária e desenvolvimento sustentável, levando em consideração as análises de autores especialistas de diferentes áreas que podem ser abordadas na pesquisa. Foi também realizada pesquisa de campo (natureza primária), tendo como estudo de caso as agroindústrias e assentamentos do MST no Ceará, a fim de relatar a experiência com economia solidária considerando os impactos socioeconômicos utilizando roteiro semiestruturado para obtenção de dados primários para posterior elaboração de análise descritiva dos dados.

Na pesquisa de campo, utilizaremos o método de pesquisa ação, que segundo Thiollent (1986) consistem em:

“um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Haja vista as ações do PROGEPA e do GESOL, grupos de extensão dos quais participei durante a graduação e atuam no campo da economia solidária, acumulando experiência com esse tipo de metodologia participativa com as ações de consultoria prestadas para EES, como a Rede Bodega e o próprio MST, essas ações consistem em cursos de formação em economia solidária e gestão de empresa social, por exemplo.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1. Conceito e Histórico de Crescimento e Desenvolvimento

É muito comum haver uma confusão entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, sendo essas palavras muitas vezes usadas como sinônimos, porém isso não é verdadeiro.

O Dicionário de Economia e Administração, organizado por Sandroni (1996), descreve o crescimento econômico como:

“Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico.”

A mesma obra traz como definição de desenvolvimento econômico: “Crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia.”. Assim, nota-se nessa primeira referência que a diferença entre os dois é a inclusão de questões como melhoria no padrão de vida da população e as alterações estruturais na economia.

Ainda nessa discussão, temos que, de acordo com Lemos (2012), o crescimento econômico é obtido através de métodos quantitativos, como a diferença entre o produto agregado nas suas diferentes formas de aferição (por exemplo, PIB Agregado e Renda Agregada) ou um desses agregados expressos em termos médios.

Já em relação ao desenvolvimento econômico, trata-se de um conceito bem mais complexo do que simplesmente o crescimento de um produto agregado. Segundo Furtado (1983) Desenvolvimento econômico está além da capacidade produtiva do sistema social, e implica numa irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade.

Ainda de acordo com Lemos (2012):

“Ao imputar ao crescimento da produtividade do sistema econômico, decorrente da acumulação de capital, papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico, este conceito pode derrapar no excessivo

economicismo, cuja conseqüência é promover uma apartação da atividade econômica das relações sociais e políticas, tentando dar-lhe uma conotação falsamente “neutra”. Por este caminho de interpretação, digamos reducionista, corre-se o perigo de desconsiderar os aspectos estruturais do subdesenvolvimento econômico (que seria a antítese do desenvolvimento).”

Vale destacar também o conceito de Sen (2000), na obra “Desenvolvimento como Liberdade, que trabalha o desenvolvimento como a remoção de restrições que deixam pouca escolha e oportunidade para as pessoas agirem racionalmente, ou seja, a expansão da liberdade.

Sen (2000) ainda ressalta:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele.

Conforme visto ao longo do tópico, a conceituação e discussão de desenvolvimento econômico representou um avanço em relação à discussão acerca do crescimento econômico, haja vista sua maior complexidade e utilidade material. Porém, o conceito de desenvolvimento ainda veio a se tornar obsoleto com a discussão acerca do desenvolvimento sustentável que veremos a seguir.

3.2. Conceito e Histórico de Desenvolvimento Sustentável

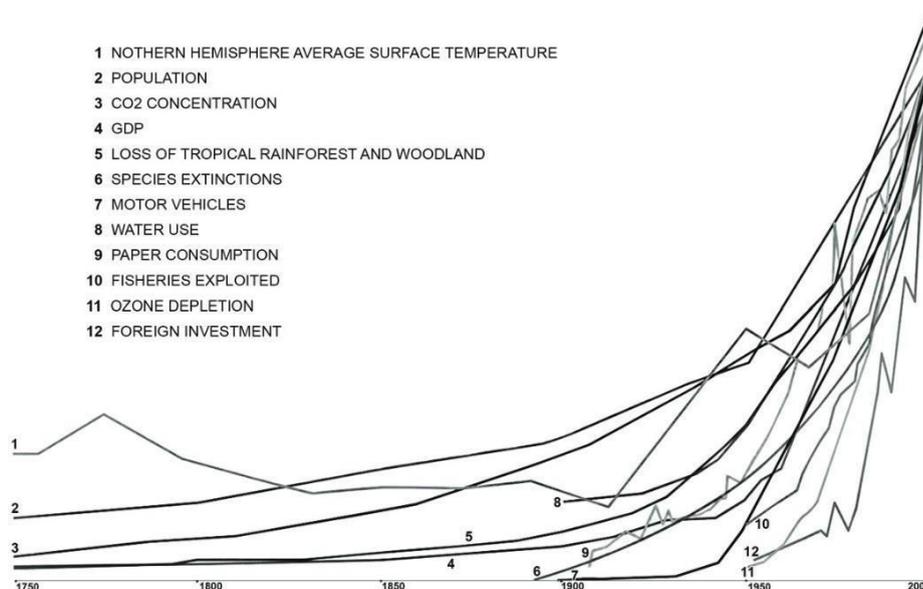
Para a ONU (Organização das Nações Unidas), o conceito de desenvolvimento sustentável, descrito em vários documentos como o Relatório de Brundtland, se traduz em um conceito político e amplo voltado para o progresso econômico e social e que traduz o maior desafio e o principal objetivo das sociedades contemporâneas: a conciliação entre crescimento econômico e conservação da natureza. Assim, segundo a WWF, ONG mundial ligada a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável caracteriza-se como um compromisso da geração atual com as gerações futuras em termos de sustentabilidade econômica e ambiental, utilizando fontes de energias renováveis, indústria, agroecologia dentre outras, de modo que atenda às diversas dimensões do desenvolvimento: ambiental, social, econômica e institucional.

A partir da década de 1970, começou a se tornar cada vez mais evidente o fato de que o crescimento econômico desenfreado causa danos ao meio ambiente. É nesse contexto em que ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio

Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, no ano de 1972, sendo um marco das discussões em torno da dimensão ambiental da concepção de desenvolvimento admitindo a relação de causa e efeito entre desenvolvimento industrial indiscriminado e degradação ambiental (MOTA *et al*, 2008).

Para melhor observação dos níveis de intervenção humana na natureza, é possível observar as macrotendências desde 1750, até 2000, no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Níveis de intervenção humana na natureza – Macrotendências (1750- 2000).



Fonte: New Scientist *apud* Dowbor (2017, p. 18).

É notável uma ascendência brusca da reta de tendência a partir da revolução industrial do século XIX, e principalmente após o início do século XX. Porém, apenas após a década 1970 as discussões sobre a temática ambiental obtêm maior relevância no cenário mundial quando houve uma polêmica entre os defensores do desenvolvimento a qualquer custo e ambientalistas zeristas - favoráveis ao *crescimento zero* - (Gama, 2018). Posteriormente, surge o conceito de ecodesenvolvimento, elaborado pelo diplomata canadense Maurice Strong, como uma via mediana entre o desenvolvimentismo e ambientalismo, para isso assume a possibilidade de haver crescimento econômico, com distribuição de renda e justiça ambiental.

No ano de 1987, a expressão ecodesenvolvimento cai em desuso, sendo praticamente substituída pelo conceito de desenvolvimento sustentável, que se tornou conhecido após a divulgação do relatório de Brundtland, intitulado “*O nosso futuro comum*” pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU (LEMOS, 2012).

No relatório Brundtland (1987), desenvolvimento sustentável foi definido como: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Nele, foram apresentadas algumas medidas para as nações alcançarem o desenvolvimento sustentável, sendo elas:

1. limitação do crescimento populacional;
2. garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo;
3. preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
4. diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
5. aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
6. controle da urbanização desordenada e integração entre campeonatos menores;
7. atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

Outras abordagens ratificam a ideia de desenvolvimento sustentável. De acordo com o economista Amartya Sen, vencedor do prêmio Nobel de Economia de 1998, uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda (SEN, 2000). Sen não desconsidera a importância do crescimento econômico, porém explica que precisamos enxergar muito além dele.

Brüseke (2003, p. 31), sobre a contribuição de Ignacy Sachs, aborda seis princípios norteadores que levarão ao desenvolvimento sustentável:

a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação.

O economista Giovanni Arrighi na obra “A Ilusão do Desenvolvimento” defende que

dentro da estrutura do capitalismo é impossível a sustentabilidade permanente (Arrighi,1997). Em contraposição, o economista e agrônomo José Eli da Veiga no livro “Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI” ressalta que é importante qualquer possibilidade de avançar em ações sustentáveis, mesmo no capitalismo. Para Veiga:

“[...] após ter entrado em moda, a sustentabilidade passou a ser entendida como algo firme, durável, possibilitando que em muitos casos fosse utilizado para caracterizar um crescimento econômico duradouro, operando, assim, uma completa desvirtuação do seu real significado” (VEIGA *apud* NEVES *etal*, 2010, p.8).

Portanto o desenvolvimento sustentável é um termo bastante debatido e que leva a opiniões contraditórias. Assim, tendo em vista o que foi levantado anteriormente, utilizaremos o conceito de desenvolvimento sustentável descrito pelo Relatório de Brundtland (1987).

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária surge no período pós Revolução Industrial com o avanço das contradições do próprio capitalismo apresentando-se como alternativa ao sistema, onde o trabalhador não se sujeitaria às vontades do detentor da propriedade privada do meio de produção, mas teria sua voz ouvida – assim como a de todos os outros trabalhadores -, devido aos princípios de propriedade coletiva e autogestão, expandindo o poder de escolha (SINGER, 2002).

4.1. Fundamentos da Economia Solidária

Para apresentar os fundamentos da Economia Solidária, Paul Singer, na obra “Introdução à Economia Solidária”, demonstra três pontos em que ela se difere da empresa tradicional Capitalista.

1. Solidariedade X Competição na Economia

Como contraponto à empresa capitalista tradicional, Singer (2002), propõe a substituição da **competição** pela **solidariedade**.

“A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais.” (SINGER, 2002).

No regime de cooperação, não há hierarquia, não existem patrões e nem chefes, todos os trabalhadores de um EES (Empreendimento Econômico Solidário) tem igual poder de decisão sobre os rumos da empresa solidária. Sendo o cooperativismo um princípio básico da economia solidária, ao lado da autogestão, da propriedade coletiva e da livre iniciativa.

Singer (2002, p 10) ainda alerta que:

“Se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual. Mas, mesmo que as cooperativas cooperassem entre si, inevitavelmente algumas iriam melhor e outras pior. sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável.”

2. Empresa capitalista e empresa solidária: a repartição dos Ganhos

Na empresa tradicional capitalista existe competição entre os funcionários, como citado anteriormente. Essa competição se dá pelo fato de os trabalhadores serem assalariados e receberem salários de valores diferentes uns dos outros. De acordo com a teoria neoclássica, essa diferença salarial é determinada pela oferta e demanda de cada serviço no mercado de trabalho, sendo que trabalhadores com maior produtividade são mais demandados pelas empresas, portanto recebem maiores salários. Em contraposição ao sistema hegemônico de trabalho assalariado, na empresa solidária a repartição dos ganhos se dá pelo sistema de retiradas, que podem variar dependendo da receita. Na empresa solidária também pode haver diferença entre as retiradas: “[...] a maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade das retiradas, mas com diferenças muito menores que no escalonamento vigente nas empresas capitalistas.” Singer, (2004):

"Desigualdades são permissíveis quando elas maximizam, ou ao menos todas contribuem para [elevar] as expectativas de longo prazo do grupo menos afortunado da sociedade" (SINGER, 2004, p. 15, *apud* RALWS, John, 1971, p.151).

Em suma, de acordo com Singer, o objetivo principal dos cooperados de uma empresa solidária é a promoção do trabalho e renda a quem precisa como modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas.

3. Autogestão e Heterogestão

Na gestão das empresas tradicionais do sistema capitalista existem diferentes níveis de autoridades e, portanto, o processo da empresa se dá de forma vertical. SINGER (2004, p 16) descreve que “as informações fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo”. Para Singer (2004, p 17) existe uma competição exacerbada entre setores e grupos rivais, que pode prejudicar o funcionamento da empresa como um todo, sobretudo se alguns setores sonegarem informações estratégicas aos setores rivais para enfraquecê-los.

Na empresa solidária, a administração se dá de forma democrática, ou seja, pela autogestão. O processo auto gestor se adapta ao tamanho da empresa - em número de associados- podendo ser dar por assembleias (no caso das empresas menores), ou pela reunião de delegados eleitos democraticamente pelos cooperados de cada seção, setor, departamento ou unidade (no caso das empresas grandes,

haja vista a dificuldade de se reunir com frequência um grande número de trabalhadores).

Singer (2004, p 180) descreve:

“Em empresas solidárias de grandes dimensões, estabelecem-se hierarquias de coordenadores, encarregados ou gestores, cujo funcionamento é o oposto do de suas congêneres capitalistas. As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. [...] A autoridade maior é a assembleia geral.”

Porém, assim como na empresa tradicional capitalista, a empresa solidária também tem dificuldades e vantagens. Segundo Singer (2004) uma dessas dificuldades vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios, que geralmente cresceram na cultura capitalista, e muitas vezes trabalharam em empresas tradicionais antes de serem cooperados, havendo uma dificuldade de adaptar-se plenamente à cultura organizacional da economia solidária.

O filósofo e economista britânico John Stuart Mill também falava sobre as dificuldades do cooperativismo, pois acreditava que o socialismo só se tornaria possível quando a sociedade estivesse mais evoluída, no sentido de melhora do caráter das pessoas, chegando até a afirmar que uma sociedade socialista apenas “era possível, no momento, com uma elite da humanidade” (MILL, *apud* HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 285).

Desse modo temos que a autogestão traz suas vantagens, porém a sua implementação não é tão simples.

4.2 Histórico da Economia Solidária

De acordo com Singer (2004) economia solidária surge em meados do Século XIX como uma alternativa a um sistema de produção capitalista em que a classe trabalhadora se encontrava em situação totalmente precária, com jornadas de trabalho de 14 a 16 horas diárias e exploração de trabalho infantil, fora outras atrocidades.

Porém, com o desenvolvimento do capitalismo no Século XX, que contou com as conquistas dos trabalhadores assalariados organizados em sindicatos e uniões, houve várias melhoras para a classe trabalhadora, como a redução da

jornada de trabalho, a elevação do salário real e a seguridade social garantida por um estado de bem-estar social. Assim, configurava-se uma nova conjuntura social da classe trabalhadora das economias centrais do sistema capitalista, e - em certa medida - de economias periféricas também, como o caso do Brasil, onde os trabalhadores conquistaram seus direitos assegurados pela CLT, durante a o governo de Getúlio Vargas.

Essa conjuntura se acentuou e mudou as pautas das organizações de trabalhadores no Pós Segunda Guerra Mundial. Agora não se questionava mais a alienação causada pelo assalariamento, o foco era na luta pela manutenção e ampliação dos direitos conquistados, sendo um dos principais objetivos o de conservar o emprego (SINGER, 2004). A melhora das condições de trabalho e ampliação de direitos conferiu aos trabalhadores um processo de inclusão cidadã, que de certa forma repararia a alienação do trabalho assalariado. Segundo Singer (2004, p 110):

Esta mudança foi sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela economia solidária e pela tolerância com a introdução do assalariamento nas cooperativas e da “profissionalização” de suas gerências. Em termos quantitativos, o movimento cooperativista nunca deixou de se expandir em plano mundial, mas qualitativamente é provável que a sua degeneração tenha se acentuado. Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou no assalariamento.

Após o fim dos chamados “Anos Dourados do Capitalismo”, durante a segunda metade da década de 1970, há um retorno de desemprego em massa, com a transferência da produção industrial para países onde não houve conquistas de direitos dos trabalhadores, devido à chamada “mão de obra barata”. Tal fato provocou o processo de desindustrialização, presente até hoje em países como o Brasil e nas economias centrais do sistema capitalista também, acarretando a eliminação de milhões de postos de trabalho formal SINGER (2004).

Nesse contexto, surge o neoliberalismo e sua política de desvalorização do trabalho por meio do seu método de enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores sustentada pelo desemprego em massa, visto que o trabalhador é convencido a aceitar um emprego precarizado e desvalorizado, pois a outra alternativa é a do desemprego que é ainda pior. Assim, a flexibilização de direitos torna-se comum nos países capitalistas, como política do estado neoliberal apoio do capital financeiro e da propaganda dos monopólios dos meios de comunicação.

Segundo SINGER (2004, p 111), essa nova conjuntura gera um enfraquecimento dos sindicatos, que perdem grande parte da sua base social e, conseqüentemente, do seu poder de negociação e articulação.

Como resultado dessa precarização, há um ressurgimento da economia solidária, o chamado novo cooperativismo. De acordo com SINGER (2004, p 111) O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. Essa mudança está em sintonia com outras transformações contextuais que atingiram de forma profunda os movimentos políticos de esquerda.

Quando Singer fala dessas “transformações” ele se refere a duas. A primeira é a crise do socialismo real que culminou na dissolução da URSS em 1991, deixando claro para socialistas e comunistas que o planejamento central da economia do país, imposto por uma “pseudo-ditadura do proletariado”, não constrói uma sociedade igual àquela idealizada pelo comunismo. Diante dessa realidade, alguns se reconciliaram com o capitalismo, mas outros buscaram um novo modelo de sociedade que supere o capitalismo, em termos de igualdade, liberdade e segurança para todos os cidadãos.

A segunda foi o semifracasso dos governos e partidos social-democratas nos países europeus e latino-americanos. Mesmo com as vitórias eleitorais e com o exercício do poder, os social-democratas não conseguiram ir além de amenizar os excessos do neoliberalismo, permitindo ainda algumas retiradas de direitos e privatizações de empresas públicas.

Com essas duas transformações, vem a crise do pensamento de que para a emancipação seria necessária a tomada do Estado. Com a mudança de concepção, o foco dos movimentos emancipatórios passa a ser na sociedade civil, mesmo que isso não anule a possibilidade de uma tomada do estado pela via democrática e reformista, visto que movimentos como o MST disputam espaço dentro da máquina estatal, o que se enfraqueceu foi o modo tradicional de tomada do estado por meio de revolução armada.

[...] multiplicaram-se as organizações não- governamentais (ongs) e movimentos de libertação cuja atuação visa preservar o meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados (de que o zapatismo mexicano talvez seja o paradigma) e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida, renovam suas tradições culturais etc. (SINGER, 2004, P 112)

Vale ressaltar que a reinvenção da Economia Solidária não se deve apenas aos desempregados e marginalizados. Atualmente, no Brasil, ela está ligada a instituições da sociedade civil, como as universidades, os sindicatos, os movimentos sociais como o MST, a Igreja Católica (destaque para o Instituto Cáritas), e outras igrejas. “São entidades de apoio à economia solidária, que difundem entre trabalhadores sem trabalho e micro produtores sem clientes os princípios do cooperativismo eo conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários.” (SINGER, 2004, p 113).

Assim, verifica-se a reinvenção da Economia Solidária, com a tese de que as contradições do capitalismo permitem o crescimento de organizações alternativas aomodo de produção dominante. A economia solidária não depende da máquina estatal, aliás, ela se faz presente onde há ausência tanto do capital quanto do Estado. Sua dependência primordial é dos seus cooperados possuírem disposição para aprender e experimentar, e tenham adesão aos princípios da solidariedade.

5. AGROINDÚSTRIAS

5.1. Breve histórico do surgimento do MST no Estado do Ceará

De acordo com Heredia *et al.* (2004) a estrutura agrária do Ceará tem como característica uma forte concentração da posse da terra, a qual remonta ao século XVII, quando da concessão das primeiras sesmarias para a formação de grandes fazendas nas áreas do sertão semi-árido, com criação de gado extensiva e baixa ocupação de força e trabalho, tendo o vaqueiro papel fundamental. A ocupação do território e as relações sociais basearam-se num modelo dual: de um lado o coronel- proprietário de terra, detendo forte poder, de outro o camponês, sendo comum o chamado regime de parceria.

Ainda Segundo Heredia *et al.* (2004, p 52), temos que:

“Em toda a região semi-árida (que ocupa a maior parte do Ceará), os problemas sociais se agravam nos períodos de seca, tendo como um dos aspectos mais aparentes o grande aumento do êxodo rural, que se dá tanto das cidades do interior para a capital quanto em direção ao sul do país. A partir dos anos 60 do século XX, e especialmente nas décadas de 70 e 80, o meio rural cearense foi alvo de vários programas governamentais voltados para a agricultura, dentro do espírito da modernização conservadora.”

Em 1985, a intensificação dos conflitos alia-se a uma conjuntura favorável à reforma agrária ao nível nacional (no contexto do Plano Nacional de Reforma Agrária) e também do governo do estado, levando os órgãos estaduais de terra a trabalharem de forma articulada com o Incra, o que colaborou para o aumento do número de assentamentos. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organiza sua primeira ocupação de terra no estado (Heredia *et al.*, 2004). Outros dos principais mediadores da luta pela reforma agrária no Ceará são os sindicatos rurais, a Igreja Católica (através das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e da CPT), e diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs).

5.2. As Agroindústrias do MST no Ceará

Desde 2021, o MST do Ceará se encontra em processo de implantação de 5 agroindústrias: caju e castanha em Chorozinho, mel em Mombaça, caprinos e ovinos em Independência, mandioca em Itarema e leite em Quixeramobim. Com o auxílio do Projeto São José III, estão envolvidos com as agroindústrias 96 assentamentos com mais de 1.200 famílias. No Presente trabalho abordaremos em especial as

agroindústrias do leite – no assentamento Nova Canaã em Quixeramobim –, e do Caju - no assentamento Zé Lourenço, em Chorózinho - onde foi realizada pesquisa de campo com utilização do método de pesquisa-ação, de Michel Thiollon.

5.3. A Agroindústria de beneficiamento de Laticínios de Quixeramobim

Nesse capítulo, as informações foram retiradas de entrevista com o cooperado Lucimério, durante a visita de campo na agroindústria realizada no dia 31/07/2021, em que foi utilizado o método de pesquisa-ação.

Gerida pela Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão Central — COOPERASC, a agroindústria do leite se encontra no assentamento nova Canaã, no município de Quixeramobim, na região do Sertão Central. Essa agroindústria conta hoje com 160 cooperados e produz uma variedade de 36 produtos derivados do leite como iogurte, requeijão, queijo minas, queijo coalho, achocolatado, doce de leite, dentre outros. Possui capacidade de produção de 12.000 litro/dia se utilizar apenas matéria prima de assentados do MST, e 24.000 litro/dia caso utilize também leite de pequenos produtores locais que não fazem parte do movimento.

No que se refere à administração da agroindústria, nela existem dois conselhos. Primeiramente o Conselho Deliberativo, que é formado por duas pessoas de cada comunidade levando em consideração a paridade de gênero (1 homem e 1 mulher), caso haja mais de um produto da comunidade, são adicionados mais dois representantes para cada produto. Há também o Conselho executivo, formado por 4 gestores (administrativo, comercial, jurídico e industrial). Esses conselhos realizam assembleias ordinárias com frequência de uma vez ao ano para prestação de contas e balanço de atividades, já as assembleias extraordinárias ocorrem de acordo com a necessidade.

No que diz respeito à comercialização, atualmente é feita por meio do PAA e para a empresa de laticínios Betânia. O processo industrial ainda não começou. Posteriormente objetivam canais de comercialização institucionais do PAA e PNAE e analisar a entrada no mercado convencional com cautela devido a competitividade.

5.4. Agroindústria de beneficiamento de Caju e Castanha de Chorózinho

Os dados e informações desse capítulo foram obtidos por meio de entrevista com Venilson, gestor industrial da agroindústria, durante pesquisa de campo realizada em 31/07/2021, utilizando-se do método de pesquisa-ação.

Gerida pela Cooperativa Regional de Produção Agroindustrial Luis Carlos Ltda — COLPAC, conta com 66 cooperados e localiza-se no Assentamento Zé Lourenço no município de Chorozinho, na região Norte do estado. Os produtos são polpas de frutas variadas e castanha de caju. Sobre a administração da cooperativa, temos que os responsáveis pela organização da cooperativa são 12 diretores escolhidos pelas assembleias ordinárias e as assembleias ocorrem conforme necessidade, havendo uma assembleia ordinária que ocorre uma vez ao ano para prestação de contas e balanço das atividades.

Já sobre a organização da agroindústria, temos que os responsáveis pela sua organização são 4 gestores (gestão administrativa, comercial, industrial e de produção).

Além das assembleias e reuniões da agroindústria, a cooperativa organiza grupos de trabalho compostos por cooperados e seus familiares. Os GTs ocorrem pelo menos a cada 2 meses.

A comercialização atualmente é institucional por meio do PNAE e PAA, para os quais a cooperativa fornece polpas, tanto de caju como de outras frutas como acerola e goiaba. O processo produtivo da castanha ainda não começou devido à ausência de trabalhador qualificado para operar a caldeira.

Assim como na agroindústria do leite, a cooperativa objetiva priorizar as compras do cooperado, mas também aceita matéria prima de outros produtores.

A cooperativa conta com o suporte do setor de produção do MST para melhoramento produtivo, atualmente a CCA atua na busca pela certificação orgânica para os produtos.

O próprio MST como movimento possui forte cooperação que permite que tenha, por exemplo uma parcela do movimento lutando por recursos,

como os conquistados no Projeto São José III que pois as ações de fortalecimento e consolidação dos empreendimentos dos agricultores familiares e suas organizações.

A cooperativa é comprometida com o envolvimento familiar, em especial de mulheres e jovens na busca por uma relação que vá além da lógica de mercado e tenham como objetivo a qualidade de vida da comunidade. O que lembra bastante o conceito de desenvolvimento como liberdade descrito por Amartya Sen.

Quanto ao processo produtivo, existem dois gargalos que podem vir a gerar restrições na produção: o primeiro devido ao descarte de água pelo dessalinizador, que poderá ultrapassar o limite disponível no reservatório e o segundo na produção industrial, a necessidade de evaporadoras para que se obtenha a produção potencial da indústria.

6. AGROINDÚSTRIAS, ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ligação da economia solidária com as agroindústrias se dá pela forma de gestão do projeto, de caráter autogestionário, onde as instalações são fruto da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras. Além de ter como objetivo a produção de alimentos saudáveis e o acesso aos mercados governamentais e institucionais, não sendo uma empresa que visa apenas o lucro, uma das características de um EES.

Além disso, na visão de Cassundé e Rodrigues (2021), as agroindústrias são um projeto inovador que trabalha vários aspectos da organização, desde a gestão política das entidades, implantação de áreas produtivas, formação de pessoas, fortalecimento da cooperação e intercooperação. O debate da inserção da juventude e das mulheres é garantido desde a formação de pessoas até a contratação de colaboradores.

Além disso, a administração das duas agroindústrias visitadas pela pesquisa de campo se enquadra perfeitamente no modelo de autogestão de empresas de grandes dimensões descrito por SINGER (2002, p 180):

“Em empresas solidárias de grandes dimensões, estabelecem-se hierarquias de coordenadores, encarregados ou gestores, cujo funcionamento é o oposto do de suas congêneres capitalistas. As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. [...] A autoridade maior é a assembleia geral.”

Nos relatos das agroindústrias visitadas pela pesquisa de campo foi constatado, inclusive a realização de assembleias anuais e extraordinárias com os cooperados.

Sobre a questão da repartição dos ganhos, temos a fala do gestor industrial da agroindústria de Chorozinho sobre o comprometimento da cooperativa com o envolvimento familiar, especialmente de mulheres e jovens na busca por uma relação que vá além da lógica de mercado e tenham como objetivo a qualidade de vida da comunidade. Tal comprometimento é um exemplo do que Singer (2004) tinha como ideia de objetivo principal dos cooperados de uma empresa solidária, que é a promoção do trabalho e renda a quem precisa como modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas.

Por último, um dos pilares da economia solidária descrito por Paul Singer ao lado da autogestão e da propriedade coletiva é a cooperação. Que está intrinsecamente ligado ao modelo de gestão dessas agroindústrias justamente pelo fato de todas serem geridas por cooperativas.

No Relatório Brundtland (1987), desenvolvimento sustentável foi definido como: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Assim, temos que trata-se de um conceito político e amplo voltado para o progresso econômico e social e que traduz o maior desafio e o principal objetivo das sociedades contemporâneas: a conciliação entre crescimento econômico e conservação da natureza.

Desse modo, é evidente a relação das agroindústrias estudadas nesse trabalho com o conceito de desenvolvimento sustentável tal qual descrito pelo Relatório de Brundtland, visto que o modelo de gestão das agroindústrias baseado em economia solidária está diretamente relacionado com algumas medidas para o alcance do desenvolvimento sustentável descrita no Relatório de Brundtland, como: garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso alternativo de fontes de energia renováveis.

Devido à própria política do MST da prática da agroecologia nos assentamentos e agroindústrias, e como descreve Ricardo Cassundé 2021:

“o fomento à produção agroecológica é o caminho para sair da dependência dos insumos que encarecem a produção, mas acima de tudo é uma forma de construir alternativas produtivas e tecnológicas para promover saúde e dignidade no campo. Porque uma alimentação saudável é direito de todos/as que plantam, colhem e consomem”.

Já a medida 1.1.1.5: “aumento da produção industrial nos países não- industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas.” Relaciona-se com o fato de se tratar de agroindústrias que estão localizadas não apenas em um país pouco industrializado, mas em uma região pouquíssimo industrializada e relação ao próprio país que o interior do estado do Ceará, no caso das agroindústrias visitadas, o Sertão Central e a Região Norte do estado, sendo que o polo industrial está na região metropolitana. Essas agroindústrias possuem grande aparato tecnológico que colaboram para a sua alta produtividade, no caso da agroindústria de Leite em Quixeramobim, uma produtividade máxima de 24.000 litro/dia com uma variedade de produção de 36 produtos.

Além disso temos que essa maior produtividade confere desenvolvimento do ponto de vista econômico, o conceito de agroecologia nos assentamentos e agroindústrias certifica o desenvolvimento do ponto de vista da esfera ambiental, o modelo de cooperativismo e autogestão pode ser considerado uma forma de desenvolvimento social, e por fim a nova

relação estabelecida pela implementação da agroindústria entre trabalhadores, sociedade e estado pode ser vista como uma forma de desenvolvimento institucional, haja vista, por exemplo o envolvimento com o Projeto São José III da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, que tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem estar das comunidades rurais, e possui ações focadas na melhoria e no aumento da produção e na inserção dos produtos no mercado, através do aumento da participação dos agricultores familiares nos elos de maior valor agregado das cadeias produtivas.

Outro exemplo que podemos citar é a colaboração da Fundação Mundukide, da região de Mondragón, no País Basco, que oferece cursos de formação em gestão de agroindústria e gestão de empresa social. Além disso, as próprias ações de extensão do PROGEPA e do GESOL da UFC também podem ser vistas como um fortalecimento da relação com a instituição que a Universidade.

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável abordado em 4 esferas: econômica, ambiental, social e institucional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo caracterizar a relação existente entre economia solidária e desenvolvimento sustentável no meio rural considerando a atuação das agroindústrias e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no interior do estado do Ceará.

Foi descrito o processo para a construção do conceito que desenvolvimento sustentável, que veio da crítica dos conceitos de crescimento econômico e, posteriormente, desenvolvimento econômico. A conjuntura de escassez de recursos, devastação da natureza e ecossistemas ameaçados gerou a necessidade da comunidade internacional debater o tema da sustentabilidade.

Dado o contexto, há um crescimento de movimentos sociais que veem o sistema econômico vigente como o responsável pela devastação da natureza e por problemas de ordem econômica e social como a desigualdade e há uma economia capitalista que efetivamente degrada o meio ambiente e as condições de trabalho. Dentre esses movimentos está a economia solidária, que propõe um modo diferente de gestão da economia, baseada na cooperação, na autogestão e na propriedade coletiva.

Posteriormente é apresentado um breve histórico do MST no Ceará, apresentando o estado desde o ano de 1989, auxiliando famílias camponesas na luta pela reforma agrária popular desde então. Em sequência falamos sobre as agroindústrias do MST no Estado do Ceará, então são descritas com maiores detalhes as agroindústrias de Chorozinho e Quixeramobim, onde foi feita pesquisa de campo com o método de pesquisa-ação.

Finalmente, relacionamos a experiência das agroindústrias com os conceitos de economia solidária e desenvolvimento econômico, se inserindo em questões como autogestão, propriedade coletiva, cooperativismo e desenvolvimento sustentável sob o ponto de vista econômico, social, ambiental e institucional. Conclui-se então que, pelo que observamos, as agroindústrias são uma experiência de EES tal qual descrito por Paul Singer e que os seus princípios solidários podem auxiliar a conquista do Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARBOSA, Francisco. **MST do Ceará Comemora 32 anos de luta pela reforma agrária**. Disponível em: < <https://www.brasildefatoce.com.br/2021/05/26/no-ceara-mst-comemora-32-anos-de-luta-pela-reforma-agraria> >. Acesso em 11/01/2022
- BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. 6a ed. São Paulo: Thompson, 2005.
- BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável, desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- CASSUNDÉ, R; RODRIGUES S. **MST no Ceará implanta agroindústrias nos assentamentos para produção de alimentos saudáveis**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/03/15/mst-ceara-implanta-agroindustrias-nos-assentamentos-para-producao-alimentos-saudaveis/>>. Acesso em: 11/1/2022.
- CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COSTA, R. V. Introdução à edição em português. In: SCHUMPETER, J. **Teoriado Desenvolvimento Econômico**. Editora Nova Cultural, 1997.
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- FERNANDES, M. **Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito**. In: FERNANDES, M. e GUERRA, L. (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003.
- FURTADO, C. **O Longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 28 N° 82**.
- GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GAMA, T. G. V. **Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise da Atuação da SENAES (2003-2018)**. 2018. Monografia (Ciências Econômicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

GONÇALVES, J. M. de S. S. **Educação, meio ambiente e direitos humanos nas conferências da ONU.** (2008) Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.5/GT5_6_2002.pd. Acesso em: 25 ago. 2021.

GONÇALVES, J. S. R. de C. Apresentação *In*: FURTADO, C. **Teoria e político do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HEREDIA *et al.* **Impactos dos Assentamentos.** 1ªed. São Paulo: Unesp, 2004.

HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSBAWN, E. **A era dos Impérios.** 7ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUNT, E K; LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica.** 3ªed. São Paulo: Elviesier, 2013.

IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: IDS.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>. >. Acesso em: 30. Ago. 2021.

LIST, F. **Sistema nacional de economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas). Publicado originalmente em 1841.

LEMONS, José de Jesus Sousa. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: Radiografiade um País Assimetricamente Pobre.** 2ªed. Fortaleza: UFC, 2007.

MANCE, E. **Desenvolvimento Local Sustentável: Conceitos e Estratégias**(2008). Disponível em: http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/Desenvolvimento_Local_Sustentavel-Conceptos_e_Estrategias.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia:** tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MILL, J. S. **Capítulos sobre o socialismo.** São Paulo: Editora FundaçãoPerseuAbramo, 2001.

MTE/ANTEAG **Autogestão e economia solidária:** uma nova metodologia.SãoPaulo: ANTEAG Edições, 2004.

MOTA, J. A. at al **Trajatória da Governança Ambiental.** Brasília: IPEA. 2008 (Boletim Regional, Urbano e Ambiental nº1).

NEVES, L. S. **A Transição Do Desenvolvimento Ao DesenvolvimentoSustentável.**

Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/228630990_A_transicao_do_desenvolvimento_ao_desenvolvimento_sustentavel. Acesso em: 25/08/2021.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. *In* NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. (orgs.) **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. IBAMA, 2002.

PEREIRA, B. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Textos para discussão 157. São Paulo: FGV, 2006. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/6485398.pdf>. Acesso em: 25/08/2021.

POCHMANN, M. **A Década dos Mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO- PNUD.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2016: Desenvolvimento humano para todos. New York: PNUD, 2016. Disponível em:
http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/und_p-br-2016-human-development-report-2017.pdf. Acesso em: 26/08/2021.

REBELO, A. M. Apresentação. *In*: JEVONS, W. S. **A teoria da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007. ROBINSON, J. Introdução *In*: KALECKI, M. **Economias em desenvolvimento**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1987.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. Estud. av. [online]. 2012, vol.26, n.74, pp.65-92.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluído, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond. 2004.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Editora Nova Cultural, 1997.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **UGP – São José III**. Disponível em: < <https://www.sda.ce.gov.br/ugp-sao-josee-iii/>>. Acesso em 11/01/2022.

SENADO FEDERAL. **Desenvolvimento Sustentável é compromisso político etambém individual.** Disponível em: <

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/desenvolvimento-sustentavel-e-compromisso-politico-e-tambem-individual>>. Acesso em 11/1/2022.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997. SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

VEIGA, J. E. da; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?**

Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VILHENA, L G *et al.* Tecnologia e Rentabilidade: O Caso dos Produtores de Leite da Cooperativa Quileite do Município de Quixeramobim, Ceará. **Desafios da sustentabilidade no semiárido nordestino.** Fortaleza, n. 1. p. 5-26, 2014.

VILLALBA-EGUILUZ, U; EGUIA-OLAIZOLA, A; MENDIGUREN, J. C.

P.Convergences between the Social and Solidarity Economy and SustainableDevelopment Goals: Case Study in the Basque Country. **Sustainability**, Vol 12, n. 1, p. 5435,

jul/2020. Disponível em: < <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/13/5435> >. Acesso Em: 29/08/2022

ANEXOS

Imagem 1: Máquina de embalagens da agroindústria do leite



Fonte: Elaboração própria. Créditos da imagem: Luís Henrique Barbosa de Araújo.

Imagem 2: Maquinário para processo de pasteurização



Fonte: Elaboração própria. Créditos da imagem: Luís Henrique Barbosa de Araújo.

Imagem 3: Caminhão para escoamento de mercadoria



Fonte: Elaboração própria. Créditos da imagem: Luís Henrique Barbosa de Araújo.

Imagem 4: Fachada da Agroindústria de Caju em Chorozinho (CE)



Fonte: Elaboração própria. Créditos da imagem: Luís Henrique Barbosa de Araújo

Imagem 5: Congelador de polpas da agroindústria do caju



Fonte: Elaboração própria. Créditos da imagem: Luís Henrique Barbosa de Araújo.

Imagem 6: Autorização de Ivenilson



Ivenilson Lemos 6 dias atrás
para mim ▾



Boa noite.

Venho por meio deste, autorizar ao Sr. Luiz Henrique utilizar-se das falas feitas por mim, em entrevista no seu TCC.

Att, Ivenilson lemos.

Imagem 7: Autorização de Lucimerio



Lucimerio Araujo 3 dias atrás

para mim ▾



Venho por meio deste, autorizar ao Sr. Luís Henrique Barbosa de Araújo a utilizar-se das falas feitas por mim, em entrevista realizada durante pesquisa de campo no seu TCC.

Att,

Lucimério Araújo

"Não estamos perdidos, pelo contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender" (Rosa Luxemburgo)